

Boletim 35 - setembro de 1992

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO  
ADMINISTRATIVO - SUNAB - NULIDADE DE AUTO DE INFRAÇÃO  
EMENTA

ADMINISTRATIVO. SUNAB. MULTA. VENDA DE ARROZ NO VAREJO. DISCRIMINAÇÃO INSUFICIENTE NA NOTA FISCAL.

Quando a capitulação refere-se apenas aos diplomas legais, sem precisar os dispositivos infringidos, a imprecisão nulifica o auto.

- Mera referência à Portaria Super 53/90. Descrição incompleta do ato ilícito.  
- Embargos procedentes. Provimento da apelação.

Apelação Cível nº 13.901 - PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 27 de agosto de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO PRAZO DE VALIDADE  
EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PARA O CARGO DE AGENTE FISCAL DO IMPOSTO ADUANEIRO. LEI 4.863/65, ART. 41. INTELIGÊNCIA DA EMENDA CONSTITUCIONAL 8/77, ART. 97.

- O direito de pleitear em juízo a nomeação a cargo de agente fiscal do imposto aduaneiro, atual auditor fiscal do tesouro nacional, caducou, uma vez que da homologação do concurso público, que se deu em 1962, até a propositura da ação, em 1988, passaram-se quase 26 (vinte e seis) anos.

- A edição da Lei 4.863/65, que determinou a prorrogação da validade do concurso público até a nomeação do último candidato aprovado, foi revogada tacitamente pela Emenda Constitucional 8/77, que deu nova feição aos prazos de validade dos concursos públicos limitando para 4 (quatro) anos.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 12.717 - PB

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 18 de agosto de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - MILITAR - ACIDENTE EM SERVIÇO  
EMENTA

MILITAR. REFORMA EX OFFICIO. ACIDENTE EM SERVIÇO. ARTS. 106 E 108 DA LEI Nº 6.880/80. CABIMENTO.

1 - A reforma ex officio será aplicada ao militar julgado incapaz definitivamente para o SAM, em virtude de traumatismo sofrido em consequência de acidente em serviço.

2 - Apelo improvido.

Apelação Cível nº 12.753 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 18 de agosto de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - SUNAB - MULTAS  
EMENTA

ADMINISTRATIVO. MULTAS. SUNAB.

I - Aplicação aos contratos do índice BTNF não foi uma imposição ou abuso do poder econômico praticado pela apelada. Para que se operasse esta aplicação a empresa privada de seguros informou aos seus associados da opção daquele índice.

II - É descabível a imposição de sucessivas multas à apelada, tratando-se do mesmo fato gerador em sucessivos momentos.

III - Negar provimento à apelação e à remessa tida como interposta.

Apelação Cível nº 14.260 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 08 de setembro de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - AUDITOR DO TCE/PE - CARGO NÃO PRIVATIVO DE CONTADOR  
EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. CARGO NÃO PRIVATIVO DE CONTADOR.

1 - Sendo atribuição do auditor das contas públicas do TCE/PE, entre outras, assessorar os procuradores, auditores e os próprios conselheiros daquela Corte, não há como, dentro da diversidade de atribuições, entender como privativo, tão-só dos portadores de grau em contabilidade, o provimento em tal cargo.

2 - Apelação provida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 5.250- PE

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 23 de junho de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - SFH - REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÇÕES DA CASA PRÓPRIA

EMENTA

SFH. REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÇÕES DA CASA PRÓPRIA. PERCENTUAL DE REAJUSTE QUE COMPROMETE A RENDA DO MUTUÁRIO EM MAIS DE 30%.

- Aumento imposto pelo agente financeiro que tem por base os índices de reajuste dos servidores públicos federais, quando, na verdade, tratava-se de mutuário empregado de estabelecimento bancário que tinha data-base diversa.

- Presença dos requisitos que autorizam a concessão de liminar em ação cautelar requerida com o objetivo de depositar as prestações cujos valores são questionados.

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 1.857 - CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 30 de junho de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - CONTRATO DE TRABALHO - NÃO TRANSFORMAÇÃO DE EMPREGOS EM CARGOS

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO. LEI Nº 8.112/90, ART. 243. NÃO INCIDÊNCIA.

- Os contratos de trabalho firmados por tempo determinado não foram alcançados pela Lei nº 8.112/90, pelo que os empregos decorrentes destes não se transformaram em cargos.

- Inteligência do art. 243 da supramencionada lei.

- Apelo provido. Sentença reformada.

Apelação em Mandado de Segurança nº 5.647- RN

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 26 de março de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - MS - LIMINAR SATISFATIVA

EMENTA

"MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL.

- 'Não se deve conceder liminar satisfativa, capaz de criar situação desfavorável à parte adversa, que a sentença não possa desconstituir.'

- Mandado de segurança concedido."

Mandado de Segurança nº 3.598 - CE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 26 de agosto de 1992, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL - HC - DENEGAÇÃO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE AMEAÇA AO DIREITO DE IR E VIR. DENEGAÇÃO.

- Na ausência de descumprimento da ordem judicial, não há se falar em receio de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.

- Diante da real afronta aos dispositivos constitucionais, arts. 5º, XXXV, e 6º, parágrafo 4º, inciso IV, é de se dar cumprimento à decisão judicial, por manifesta incompatibilidade com o art. 1º da Lei 8.076/90.

- Denegação do habeas corpus.

Habeas Corpus nº 0232 - CE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 01 de setembro de 1992, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - MUNICÍPIOS - DÉBITOS PARA COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL

EMENTA

DÉBITOS DE MUNICÍPIOS PARA COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL. PARCELAMENTO.

- Descumprimento das condições de pagamento.
- Eficácia plena do art. 57 e seus §§ do Ato das Disposições Transitórias.
- Bloqueio de recursos do Fundo de Participações dos Municípios.
- Agravo provido.

Agravo de Instrumento nº 1.937 - CE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 18 de agosto de 1992, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - AFRMM - CONSTITUCIONALIDADE

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE. CONSTITUCIONALIDADE DA SUA INSTITUIÇÃO.

- Desnecessidade de edição de lei complementar para continuidade da sua cobrança, dado o princípio da recepção das normas inferiores que não conflitam com a nova Constituição Federal.
- Isenção fundada em acordo internacional que dependeria de manifestação do Ministério das Relações Exteriores.
- Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 8.349 - AL

Relator: Lázaro Guimarães

(Julgado em 18 de agosto de 1992, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL - FISCAIS PREVIDENCIÁRIOS APOSENTADOS - PROVENTOS

EMENTA

CONSTITUCIONAL. FISCAIS PREVIDENCIÁRIOS APOSENTADOS. LIMITE MÁXIMO DE PROVENTOS.

- Aplicação da regra do art. 42 da Lei 8.112, que decorre dos comandos do art. 37, XI, da Constituição Federal, e do art. 17, ADCT.
- A adequação dos proventos ao teto de remuneração na órbita do Poder Executivo não viola direito adquirido nem a garantia da irredutibilidade.
- Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 9.123 - PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 18 de agosto de 1992, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL - MEIO AMBIENTE - PROTEÇÃO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.

- Agravo de instrumento contra decisão que revogou liminar deferida em ação civil pública, autorizando, assim, o prosseguimento de obra de construção de avenida em área de proteção ambiental, com base em autorização do IBAMA e licença do órgão responsável pela proteção do meio ambiente estadual.
- Inexistência de violação ao disposto no art. 225 e seu inciso III, da Constituição Federal.
- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 1.806 - CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 23 de junho de 1992, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSTITUCIONALIDADE

EMENTA

CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CPC, ART. 514, I. LITISCONSÓRCIO. DESNECESSIDADE DO NOME E QUALIFICAÇÃO DE TODOS OS APELANTES. LEI Nº 7.940/89.

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.

CONSTITUCIONALIDADE.

- Estando os litisconsortes-apelantes devidamente nominados e qualificados em outras peças dos autos, inaplicável a exigência do art. 514, I, do CPC, podendo-

se na petição de apelação, após nominar o primeiro dos apelantes, designar os demais pela expressão "E OUTRO".

- A Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, tem por fundamento jurídico o exercício do poder de polícia, legalmente atribuído à CVM.

- Legitimidade da cobrança da taxa em valores fixos, segundo as tabelas "A", "B" e "C", a que se reporta o art. 4º, da mencionada lei, técnica essa denominada de tributo fixo.

- Não existem, nos tributos fixos, quaisquer cálculos a serem feitos, posto que certos e invariáveis os valores cobrados, de acordo com cada classe de contribuinte, fixados diretamente pelo legislador. Inexistindo base de cálculo na cobrança da referida exação, não incide a vedação do art. 145, § 2º, da Constituição.

- O princípio da capacidade contributiva também pode ser aplicado em relação às taxas. Cabível, destarte, a fixação de tabelas diversas, para a cobrança da Taxa de Fiscalização acima referida, tomando-se por base o patrimônio líquido da empresa, em respeito a tal princípio.

- Preliminar rejeitada.

- Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 3.631- PE

Relator: Juiz Geraldo Apoliano

(Julgado em 25 de junho de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PENAL

PENAL - AÇÃO PENAL - DESCAMINHO

EMENTA

AÇÃO PENAL. DESCAMINHO. MERCADORIA TRAZIDA DA ZONA FRANCA DE MANAUS ALÉM DA COTA DE ISENÇÃO.

- Dolo não caracterizado. No descaminho, o dolo de fraudar ou de burlar o fisco deve resultar demonstrado.

- Ilícito fiscal. Embora inexistente o crime, as demais formas de repreensão à comercialização de mercadoria originária da Zona Franca (apreensão, multa e perda) devem ser prestigiadas.

Apelação Criminal nº 0494 - RN

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 20 de agosto de 1992, à unanimidade)

PENAL E PROCESSUAL PENAL - RECEBIMENTO DE DENÚNCIA

EMENTA

PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CERTIDÃO DE ÓBITO. ASSENTAMENTO POSTERIOR AO ENTERRO. RECEBIMENTO DE DENÚNCIA PELA PERFEIÇÃO DO TIPO PENAL DO CAPUT DO ART. 319 DO CPB.

1 - A exigência constante do art. 513 do CPPB em relação à instrução da queixa ou da denúncia nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos diz respeito aos elementos objetivos do crime - autoria e resultado -, e não aos elementos subjetivos - dolo ou culpa strictu sensu.

2 - Presente no inquérito policial documento onde irmão do suposto falecido, com duas testemunhas, assevere encontrou-se o mesmo vivo, e de quando do assentamento do óbito, não se observando a exigência do art. 83 da Lei do Registro Civil, independente de tal ocorrer após o óbito e sem atestado médico, não há como, sob o fundamento de não ter a ré agido com dolo - matéria a ser conhecida na sentença de mérito -, não se receber a denúncia.

3 - Recurso provido.

Recurso Criminal nº 0016 - CE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 16 de junho de 1992, à unanimidade)

PENAL - ESTELIONATO - TENTATIVA

EMENTA

PENAL. ESTELIONATO. FORMA TENTADA.

- Acusado que entregou documentação falsa visando a receber benefício acidentário.
- Descoberta da fraude pela autarquia previdenciária.
- Início de execução.
- Delito que se não consumou por circunstância alheia à vontade do agente.
- Forma privilegiada.
- Apelo parcialmente provido.

Apelação Criminal nº 0519 - SE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 26 de maio de 1992, à unanimidade)

PENAL - DIFAMAÇÃO

EMENTA

PENAL. DIFAMAÇÃO.

- A difamação tem o seu momento consumativo com a divulgação a outrem dos fatos ofensivos à reputação de alguém.
- A via correicional, visando à apuração de possível conduta irregular de Magistrado, não pode ser considerada como veículo de comunicação, pelo agente a terceiro, de fatos lesivos à reputação do ofendido.
- A inexistência de prova segura e concludente de que tenha o advogado concorrido, de qualquer modo, para a divulgação dos fatos tratados na via correicional, descaracteriza o ilícito penal definido no art. 139, do Código Penal.
- Apelos improvidos.
- Sentença confirmada.

Apelação Criminal nº 0424 - RN

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 19 de março de 1992, à unanimidade)

PENAL - PRESCRIÇÃO RETROATIVA

EMENTA

PENAL. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. RECURSO APENAS DA DEFESA.

- Prescrição da pretensão punitiva pelo intervalo de tempo superior ao previsto no art. 109, VI, do Código Penal.
- Data da consumação do fato e do ato de recebimento da denúncia.
- Inteligência da norma constante do 2º, do art. 110, do Estatuto Punitivo.
- Recurso provido.

Apelação Criminal nº 0459 - PE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 04 de julho de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO - DIVISÃO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. DIVISÃO DE PENSÃO ENTRE VIÚVA E COMPANHEIRA DE MILITAR FALECIDO.

- 1 - Provada a convivência more uxore e a dependência econômica reconhece-se à companheira o direito de dividir com a viúva a pensão deixada por ex-militar.
- 2 - Apelação provida.

Apelação Cível nº 12.190 - RN

Relator: Juiz Petrócio Ferreira

(Julgado em 16 de junho de 1992, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - ABONO ESPECIAL

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ABONO ESPECIAL. LEI 7.333/85. REAJUSTE DE PROVENTOS.

- Reajustes posteriores incidem sobre o resultado da aplicação do percentual de 10,8% fixado no § 2º do artigo 1º da Lei 7.333/85.
- Reajustes concedidos aos proventos de servidores aposentados devem também receber tais parcelas.
- Apelação a que se nega provimento.

Apelação Cível nº 6.049 - CE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 23 de abril de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - LEGITIMIDADE DA REQUERENTE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. LEGITIMIDADE DA REQUERENTE. DESPACHO RESPALDADO PELA LEGALIDADE. EXIGÊNCIA DE PRÉ-REQUISITO NO CURRÍCULO ESCOLAR. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA O DEFERIMENTO DA SUSPENSÃO DA SEGURANÇA.

1 - A Fundação Edson Queiroz é mantenedora da Universidade de Fortaleza - UNIFOR -, daí ter legitimidade para a interposição do pedido de suspensão da segurança.

2 - Como está salientado no despacho agravado, "há que prevalecer o interesse e a qualidade do ensino a justificar as modificações curriculares", portanto, não assiste razão aos agravantes.

3 - Estando o despacho de suspensão de segurança em consonância com as normas estatutárias e regimentais da faculdade, não merece ser reformado.

4 - Agravo improvido.

Agravo Regimental na SS nº 0331 - CE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 08 de abril de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MANUTENÇÃO DO DESPACHO AGRAVADO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DESPACHO QUE DETERMINA A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE LIMINAR DEFERIDA EM WRIT. POTENCIALIDADE DE LESÃO AO INTERESSE PÚBLICO. INOCORRÊNCIA DOS REQUISITOS DA CONCESSÃO DE LIMINAR. MANTENÇA DO DESPACHO AGRAVADO.

1 O deferimento de providência liminar não é compatível com uma situação de definitividade tal que impeça o retorno ao status quo ante, o que se depreende da interpretação do seu caráter precário e instrumental.

2 - Os impetrantes foram afastados do Conselho Seccional por se ausentarem a mais de 06 (seis) sessões, objetivando, via liminar, ver suspensa a sua cassação, até o julgamento do writ.

3 - A Seccional da Paraíba deverá indicar uma lista sêxtupla para preenchimento de vaga de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, o que se encontra impossibilitado devido à discussão em juízo.

4 - É patente o interesse público na plenificação da Corte de Justiça Estadual, que impescinde da definição de quem pode integrar o Conselho Seccional da OAB, se os conselheiros afastados ou os indicados para substituí-los.

5 - Há uma aparente legalidade no ato de cassação dos conselheiros, não elidida, de pronto, com a impetração do mandamus. Agravo regimental improvido. Despacho mantido.

Agravo Regimental na SS nº 0345 - PB

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 08 de abril de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - JUIZ PLANTONISTA

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA.

1 - O juiz plantonista não se vincula aos feitos nos quais atua, nesta condição, conforme tem entendido este Tribunal em precedentes.

2 - Reiniciadas as atividades forenses regulares, competente o juiz para o qual o feito foi distribuído, tendo, inclusive, proferido decisões.

3 - Conflito procedente, julgando-se competente o juízo suscitado.

Conflito de Competência nº 0028 - PE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 23 de maio de 1990, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - JUIZ - NÃO VINCULAÇÃO AO FEITO

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUIZ QUE PRESIDE AUDIÊNCIA. NÃO REALIZAÇÃO DE INSTRUÇÃO.

1 - O juiz que preside simples audiência, onde não foi produzida prova de qualquer natureza, não se vincula ao feito.

2 - Inteligência da Súmula nº 262 - TFR.

3 - Aplicação, sem ressalva, do art. 3º da Resolução nº 11/89 - TRF/5ª Região.

4 - Conflito procedente.

Conflito de Competência nº 0037 - PE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 22 de agosto de 1990, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 269 DO STF.

- Mandado de segurança não é meio idôneo para a percepção de honorários advocatícios, pois não é substitutivo de ação de cobrança (Súmula 269 do STF).

- Inexistência de lide.

- Mandado de segurança não conhecido.

Mandado de Segurança nº 6.073 - PE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 12 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - MS - EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. PREVIDÊNCIA. EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO. REAJUSTE DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA EM 147,06%.

- É entendimento desta Corte admitir a utilização do mandamus contra ato judicial para atribuir-se efeito suspensivo a recurso que não o tem, desde que evidenciados pela manifesta ilegalidade da decisão recorrida, aliado à demonstração de dano irreparável para o recorrente.

- O ato ora impugnado deferiu liminar requerida não só para o reajuste integral do benefício previdenciário, mas também para o imediato pagamento de diferenças devidas desde o mês de setembro de 1991.

- Ante a evidência de violação de regras processuais com manifesto prejuízo para o impetrante, é de deferir-se parcialmente a ordem para suspender a execução da liminar até o julgamento do agravo de instrumento no que se refere às parcelas vencidas.

Mandado de Segurança nº 6.288 - SE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 26 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - MS - NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL.

Não cabe mandado de segurança em situações em que há inexatidões na impetração.

- É inidônea a via mandamental quando se faz necessária a dilação probatória.

- Mandado de segurança não conhecido.

Mandado de Segurança nº 7.115 - PE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 26 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO RESCISÓRIA - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, INCISOS V E IX DO CPC.

IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

- A violação de literal disposição de lei, a que alude o art. 485, inciso V, do CPC, deve ser frontal e indubitosa.

- Não contraria qualquer disposição legal o julgado que deixar de conceder ao possuidor de boa-fé a indenização de que trata o art. 516 do CC, quando a matéria não foi objeto do pedido. O juiz só pode decidir a lide nos limites em que foi proposta (CPC, arts. 128 e 460).

- O erro de fato contemplado no inciso IX do art. 485 refere-se apenas a questões não resolvidas pelo juiz e não pode ser confundido com a injustiça da decisão ou com o erro do julgador na valoração da prova.

- Pedido de rescisão julgado improcedente.

Ação Rescisória nº 0057 - SE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 23 de setembro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL CONEXÃO DE AÇÕES - DIVERSIDADE DE RITOS - IMPOSSIBILIDADE  
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONEXÃO. AÇÃO CONSIGNATÓRIA TRABALHISTA E AÇÃO ORDINÁRIA DE REPARAÇÃO DE DANOS. DIVERSIDADE DE RITOS. IMPOSSIBILIDADE.

- Incabível a reunião de uma ação de rito trabalhista com uma de rito ordinário, dada a absoluta incompatibilidade de ritos processuais, ainda que haja identidade de partes ou de causa petendi.

- Aplica-se à conexão de ações o disposto no art. 292, § 2º, do CPC.

- A reunião de feitos com ritos diversos só é possível quando todas as ações reunidas puderem seguir o rito ordinário regulado pelos artigos 282 e seguintes do CPC.

- Nulidade do processo. Violação ao due process of law.

Apelação Cível nº 13.461 - SE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 17 de setembro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DO DEVEDOR - FGTS

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. FGTS.

- O recolhimento do FGTS em conta bancária é a regra; o pagamento direto ao empregado, a exceção.

- A jurisprudência tem, no entanto, abrandado os rigores da lei, admitindo o pagamento feito diretamente ao empregado, desde que a quitação esteja revestida das formalidades previstas no art. 6º, § 2º, da Lei nº 5.107/66.

- Precedente: AC 10251-PB, Rel. Juiz Nereu Santos.

- Apelação e remessa ex officio improvidas.

- Manutenção da sentença.

Apelação Cível nº 13.838 - PB

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 10 de setembro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO - EXCLUSÃO DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

- Em regra, prevalece no processo civil o princípio da sucumbência, pelo qual a obrigação de pagar as despesas processuais e honorários advocatícios compete sempre à parte vencida. A responsabilidade é objetiva, não se indagando sobre culpa do vencido.

- Embargos de terceiro. Temperamento da regra geral se a penhora do bem pertencente a terceiro foi efetivada pelo oficial de justiça sem qualquer participação ou indicação do bem pelo exequente. Se o próprio embargado concorda com a desconstituição da penhora, seria injusta a sua condenação na verba honorária.

- Provimento da apelação. Exclusão da condenação em honorários.

Apelação Cível nº 14.704 - PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 17 de setembro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO - LIMITAÇÃO AO PEDIDO CONTIDO NA INICIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO FEITO ALÉM DO QUE DETERMINOU A SENTENÇA.



1 - Se a sentença principal restabeleceu aposentadoria dentro dos limites do pedido contido na inicial, não cabe ao juiz na fase executória revisar o valor dos benefícios, uma vez que não foram pleiteados na peça vestibular.

2 - Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 1.927 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 01 de setembro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - FRAUDE À EXECUÇÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. FRAUDE À EXECUÇÃO. ALIENAÇÃO DO BEM APÓS O AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL.

01 - Por ser o entendimento que melhor satisfaz as exigências de uma prestação jurisdicional célere e justa, configura-se fraude à execução a alienação de bem realizada após o ajuizamento da ação executiva, mesmo que não tenha ocorrido a citação. Inteligência do art. 593, II, do CPC.

02 - Apelo improvido.

Apelação Cível nº 11.731 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 30 de junho de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO - RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. RECONHECIMENTO POR PARTE DO RECORRIDO DA PRETENSÃO DA FAZENDA NACIONAL.

- Na ausência de dispositivo legal que discipline o reconhecimento por parte do apelado da pretensão do apelante, há de se aplicar o preceito legal do art. 269, II, do CPC.

- Objeto do recurso prejudicado.

- Não conhecer da apelação.

Apelação Cível nº 12.913 - AL

Relator Juiz Araken Mariz

(Julgado em 18 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EFEITO SUSPENSIVO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA, EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPACHO QUE DETERMINOU CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA DIANTE DA DESISTÊNCIA DA AÇÃO. CONCESSÃO.

- Há que se emprestar efeito suspensivo a agravo de instrumento interposto contra despacho do juiz que determinou a conversão de depósito em renda diante da desistência da ação.

- É que o julgamento do referido agravo se tornará inócuo, caso reconheça o direito das impetrantes reaverem as quantias depositadas, se o despacho atacado já foi cumprido nesse intervalo.

- Segurança concedida.

Mandado de Segurança nº 8.646 - PE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 19 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - PROVA PERICIAL - DEFERIMENTO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPACHO SANEADOR. DEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL.

1 - Cabendo ao juiz, nos termos do art. 130 do CPC, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, isto atendendo a que o juiz julgará, segundo seu livre convencimento (art. 131, do CPC), irreparável a decisão que deferiu prova pericial.

2 - Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 1908 - PE

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 16 de junho de 1992, à unanimidade )

PROCESSUAL CIVIL - HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS. SÚMULA 188 DO EXTINTO TFR.

1 - A ausência de impugnação dos cálculos obsta interposição de recurso à sentença que os homologou (Súmula 188 do extinto TFR).

2 - Apelação não conhecida.

Apelação Cível nº 11.957 - PE

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 31 de março de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - DESISTÊNCIA - CUSTAS E HONORÁRIOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. DESISTÊNCIA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 26 DO CPC. APLICABILIDADE.

1 - Havendo desistência da pretensão, face a entendimento extra-autos, são incabíveis honorários advocatícios, remanescendo, no entanto, a condenação nas custas processuais - art. 26 do CPC.

2 - Remessa parcialmente provida.

Apelação Cível nº 12.671 - PB

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 16 de junho de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AÇÃO CAUTELAR - MILITAR - LICENCIAMENTO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CAUTELAR. MILITAR TEMPORÁRIO.

LICENCIAMENTO.

- Não satisfaz o requisito da aparência do bom direito a invocação pelos requerentes de regras que dizem respeito somente aos servidores públicos civis.

- Precedentes.

- Agravo provido.

Agravo de Instrumento nº 1.949 - CE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 18 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS CONTRA ATO JUDICIAL - CABIMENTO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO CONTRA ATO JUDICIAL IMPUGNADO NO SEU ASPECTO PROCESSUAL.

- Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de direitos individuais homogêneos.

- Liminar satisfativa.

- A antecipação de tutela não pode esgotar o objeto do litígio.

- Entendimento adotado mesmo antes da Lei 8.437/92.

- Decisão que determina a implantação de benefício previdenciário com reajuste de 147% não implica, por si só, em esgotamento do objeto da ação.

- Excepcionalidade do direito de natureza alimentar, que autoriza a manutenção da política de reajustamento que alivie os efeitos da inflação sobre os benefícios previdenciários.

- Segurança denegada.

Mandado de Segurança nº 5.109 - PB

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 05 de agosto de 1992, por maioria)

PROCESSUAL CIVIL - CARÊNCIA DE AÇÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. IMPETRAÇÃO DIRIGIDA CONTRA QUEM NÃO TEM LEGITIMIDADE PARA PRATICAR O ATO QUE SE PRETENDE EVITAR.

- Contribuição para o FINSOCIAL cuja exigência de recolhimento é praticada pelo Delegado da Receita Federal e não pelo Procurador da Fazenda Nacional.
- Preliminar de carência de ação argüida nas informações e não apreciada na sentença.
- Sua renovação por ocasião da apelação.
- Acolhimento para declarar extinto o processo sem julgamento do mérito.
- Apelo provido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 8.630- PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 30 de junho de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - MS - EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA.

- Pedido de efeito suspensivo para agravo de instrumento interposto contra decisão concessiva de liminar em ação cautelar que determinou a investidura de candidatos aprovados em concurso público para a CEF.
- Ausência de ilegalidade na decisão atacada.
- Periculum in mora não verificado.
- Matéria administrativa.
- Competência da Justiça Federal.
- Hipótese que não versa sobre dissídio individual entre empregado e empregador nem sobre controvérsia relativa a relação de trabalho, posto que, ao tempo da promoção da ação cautelar, os seus autores não eram ainda empregados da ora impetrante.
- Ordem denegada.

Mandado de Segurança nº 2.553 - RN

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 01 de julho de 1992, por maioria)

PROCESSUAL CIVIL - NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA - INEFICÁCIA

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA. INEFICÁCIA.

- Declarada ineficaz a nomeação feita pelo devedor, devolve-se, automaticamente, ao credor o direito à indicação, independente de observação da ordem legal, de bens necessários à solução da dívida e demais encargos.
- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 1.896 - AL

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 04 de junho de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - JUSTIÇA COMUM - INCOMPETÊNCIA - REMESSA DO FEITO AO TRF

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO PREVIDENCIÁRIO. JUSTIÇA COMUM. AVERBAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. REMESSA DO FEITO AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.

- Não se conhece da remessa quando o magistrado, embora declinando da sua competência, não indica o juiz para quem se declina.

Remessa Ex Officio nº 10.178 - PE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 10 de outubro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - PRECATÓRIO - DESNECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTÍCIA. DESNECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO. SÚMULA Nº 01 - TRF 5ª REGIÃO. ART. 128 DA LEI Nº 8.213/91.

- A Súmula nº 01 desta Corte já dirimiu a controvérsia a respeito da interpretação do art. 100 da CF, entendendo imprescindível a expedição de precatório para o pagamento, pela Fazenda Pública, dos débitos de natureza alimentícia.

- Acontece que o art. 128 da Lei nº 8.213/91 estabeleceu valor limite para pagamento de créditos de natureza previdenciária sem necessidade de expedição de precatório.

- Agravo desprovido.

Agravo de Instrumento nº 1.692 - RN

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 04 de junho de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS - EXCESSO DE EXECUÇÃO

EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL.

Alegando o devedor excesso de execução, os embargos opostos serão recebidos com efeito suspensivo, como determina, indubitavelmente, o art. 741, V, do CPC.

- Agravo desprovido.

Agravo de Instrumento nº 1.874 - PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 06 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - PENHORA - SUBSTITUIÇÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA.

- É possível a substituição de bem penhorado em execução fiscal mediante oferecimento de fiança bancária.

- Inteligência do art. 15, I, da Lei 6.830/80.

- Precedentes do extinto T.F.R.

- Agravo provido.

Agravo de Instrumento nº 1.935 - PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 20 de agosto de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROCESSUAL PENAL - PREVENÇÃO - INEXISTÊNCIA

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. ATO DE DESMEMBRAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL.

- Inexiste prevenção em decorrência de desmembramento de inquérito policial. O apanágio predominante administrativo do despacho que autoriza o desmembramento do inquérito policial lhe exclui a capacidade de indução da prevenção do juízo.

- Conflito conhecido.

Conflito de Competência nº 0085 - CE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 26 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - CARTA TESTEMUNHÁVEL

EMENTA

PROCESSO PENAL. CARTA TESTEMUNHÁVEL.

- Decisão que não recebeu recurso em sentido estrito intempestivo, interposto contra o não recebimento de apelação deduzida fora do prazo.

- Da sentença penal condenatória deve ser intimado não só o defensor constituído, mas, também, o réu, pessoalmente.

- Prazo recursal que corre da última intimação. Interpretação do art. 392, II, do CPP. Precedentes.

- Carta suficientemente instruída. Conhecimento do mérito do recurso em sentido estrito (CPP, art. 644).

- Recebimento da apelação.

Carta Testemunhável nº 0048 - PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 17 de setembro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL E PENAL - MANDADO DE PRISÃO - COMPETÊNCIA PARA EXPEDI-LO

EMENTA

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS.

I - Mandado de prisão. Competência para expedir-lo é do juiz para o qual são remetidos os autos após o trânsito em julgado da sentença condenatória (art. 675, CPP).

II - Termos interruptivos (recebimento da denúncia e publicação da sentença condenatória recorrível) que impedem seja a prescrição contada da data do fato até o trânsito em julgado.

III - Inexistência de coação ou prejuízo em decorrência do atraso no início do cumprimento da pena. Pedido indeferido.

Habeas Corpus n° 0234 - PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 18 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - HC - AUSÊNCIA DE AMEAÇA DE PRISÃO

EMENTA

HABEAS CORPUS.

- Determinação judicial no sentido de tornar disponíveis saldos existentes em contas vinculadas do FGTS, sob pena de responsabilidade.

- Decisão cuja execução foi suspensa por determinação judicial.

- Ausência de ameaça de prisão dos pacientes.

- Ordem que se denega.

Habeas Corpus n° 0225 - RN

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 18 de agosto de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO DO TRABALHO

TRABALHISTA - ENQUADRAMENTO SALARIAL

EMENTA

TRABALHISTA. ENQUADRAMENTO SALARIAL. PRESCRIÇÃO. HORAS EXTRAS. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO.

- Rebaixamento decorrente de enquadramento em emprego previsto no plano de classificação de cargos, caso em que a prescrição atinge o próprio fundo de direito.

- Prescrição reconhecida.

- A inexistência de prova do número de horas extras trabalhadas não ilide o reconhecimento do direito, mormente quando não foi formulado pedido líquido.

- Provimento parcial do recurso.

Recurso Ordinário n° 0657 - RN

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 02 de abril de 1992, por maioria)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TRIBUTÁRIO - ADQUIRENTE - SUCESSÃO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. ADQUIRENTE. RESPONSABILIDADE. SUCESSÃO. ART. 133, II, CTN.

1 - Não ocorrendo aquisição de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, não há que se falar em sucessão tributária, mesmo subsidiária.

2 - Recurso provido.

Apelação Cível n° 11.547 - PE

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 24 de março de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - ITR - COBRANÇA - REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DA UNIÃO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DA UNIÃO NAS CAUSAS RELATIVAS À COBRANÇA DO ITR.

- Competência da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional prevista no § 5° do art. 29 do ADCT, no art. 1° da Lei n° 8.022/90 e no art. 67 da Lei n°. 8.383/91, mas que pode ser delegada nos termos do mesmo § 5° do art. 29 do ADCT.

- Validade, diante disso, da Portaria nº 449/90, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que delegou à Procuradoria Geral do INCRA a representação judicial da União nas causas relativas à cobrança do ITR.

- Agravo ao qual se nega provimento.

Agravo de Instrumento nº 2.068 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 25 de agosto de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO - AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO. INCENTIVOS FISCAIS. DEPÓSITO PARA REINVESTIMENTO.

- Não incidência de correção monetária à míngua de legislação instituidora ou covoladora daquela em imposto.

- Investimentos não relevantes, porquanto inferiores a 10%.

- Impossibilidade de sua avaliação pelo patrimônio líquido.

- Redução da verba honorária a 5%.

- Apelação e remessa oficial parcialmente providas.

Apelação Cível nº 10.357 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 16 de junho de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL - TAXA - DISTINÇÃO DE IMPOSTO SOBRE PATRIMÔNIO

EMENTA

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. TAXA INSTITUÍDA PELA LEI Nº 7.940, DE 20.12.89.

I - Inconfundíveis os conceitos de patrimônio líquido e capital.

II - A taxa instituída pela Lei nº 7.940/89 não se confunde com "imposto sobre patrimônio"

III - Apelação e remessa de ofício providas. Sentença reformada.

Apelação em Mandado de Segurança nº 7.268- CE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 04 de junho de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - FUNRURAL - CONTRIBUIÇÃO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO DO FUNRURAL. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS RURAIS DE COMERCIANTES. PROVA PERICIAL. DEVER DE EXIGIR COMPROVAÇÃO DOS RECOLHIMENTOS.

A prova pericial comprovou que os gêneros não foram adquiridos diretamente dos produtores rurais e sim de comerciantes.

- Não existe norma legal que atribua aos adquirentes subsequentes o dever de exigir comprovação da contribuição do FUNRURAL dos adquirentes antecedentes.

- Apelação a que se nega provimento.

Apelação Cível nº 10.569 - CE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 23 de abril de 1992, à unanimidade)

Boletim 36 - outubro de 1992